



ANEXO III – CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA ESTUDO

CONHECIMENTOS BÁSICOS (NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR)

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Compreensão e interpretação de textos. 2. Tipologia textual. 3. Ortografia oficial. 4. Acentuação gráfica. 5. Emprego das classes de palavras. 6. Emprego do sinal indicativo de crase. 7. Sintaxe da oração e do período. 8. Pontuação. 9. Concordância nominal e verbal. 10. Regência nominal e verbal. 11. Significação das palavras.

Referências

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2015.
DACANAL, J. H. Manual de pontuação, teoria e prática. 5. ed. Porto Alegre: Besourobox, 2017.
DIONÍSIO, Ângela et al. Gêneros textuais e ensino. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
FÁVERO, LeonorLopes. Coesão e Coerência textual. 11. ed. São Paulo: Ática, 2006.
FIORIN, José Luis e Saviolli, Francisco Platão. Lições de texto, leitura e redação. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.
FIORIN, José Luis e Saviolli, Francisco Platão. Para entender o texto, leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.
LUFT, Celso Pedro. Dicionário prático de regência nominal. 5. ed. São Paulo: Ática, 2009. LUFT, Celso Pedro. Dicionário prático de regência verbal. 9. ed. São Paulo: Ática, 2010.
TOMASI, Carolina e MEDEIROS, João Bosco. Ortografia: novo acordo ortográfico da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. Noções básicas de Hardware e Software: processador, memórias, barramentos, periféricos, dispositivos de entrada e saída. Principais aplicativos e softwares. 2. Conceitos básicos do Sistema Operacional Windows. Principais aplicativos e acessórios do Windows. Conceitos de organização de pastas e arquivos. Principais extensões de arquivos. 3. Conceitos básicos de Redes de Computadores: tipos, classificação, componentes, topologias, arquitetura e cabeamento, equipamentos de redes. 4. Conceito de Internet, Intranet e Extranet: Ferramentas e aplicativos de navegação, de correio eletrônico, de busca e pesquisa. Noções de Computação em nuvem (Cloud Computing). 5. Segurança da Informação: Segurança Física e Lógica. Malware. Criptografia, aplicativos, dispositivos para armazenamento de dados e cópia de segurança, procedimentos de backup. 6. Pacote Microsoft Office. Principais aplicativos para edição de textos, planilhas eletrônicas, editor de apresentações e audiovisual e Banco de Dados.

Referências

MARÇULA, Marcelo & Pio A. B. Filho. – Informática: conceitos e aplicações, 5 ed. – São Paulo: Érica, 2019. 408 p.
MANZANO, A.L.N.G. & MANZANO, M.I.N.G. Estudo Dirigido de Informática Básica. São Paulo: Editora Ática, 2007.
VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: Conceitos Básicos. 10ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier - Campus, 2017.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO AMAZONAS

1. História do Amazonas: Colonização da região do Amazonas. Disputas territoriais e conflitos no Amazonas. Principais atividades econômicas nos diferentes períodos da história. Formação territorial. Manifestações populares e culturais. 2. Geografia do Amazonas: O espaço natural do Amazonas (noções de relevo, clima, vegetação e hidrografia do estado). A população do Amazonas: crescimento, distribuição, estrutura e movimentos. O espaço econômico: desenvolvimento econômico, atividades agropecuárias, extrativistas e industriais. O estado do Amazonas no contexto brasileiro.

Referências

AMAZONAS. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/o-amazonas/historia/>. Acesso em: 16 fev. 2022.
IBGE. Atlas Geográfico Escolar – 8ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.



IBGE CIDADES. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 16 fev. 2022.

ROSS, J. L. S. (org.) Geografia do Brasil – 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2011.

SILVA, C. A. F.; MONTEIRO, J. L. G. Geografia Regional do Brasil. Rio de Janeiro: Consequências, 2020.

SILVA, A. C; OLIC, N. B.; LOZANO, R. **Geografia contextos e redes - Volume 1**– 2ª ed. São Paulo: Moderna: 2016. Disponível em: <<https://pt.calameo.com/read/002899327ad6dc39bf1f1?authid=phK6t5Rixp00>>. Acesso em: 16 fev. 2022.

SILVA, A. C; OLIC, N. B.; LOZANO, R. **Geografia contextos e redes - Volume 2**– 2ª ed. São Paulo: Moderna: 2016. Disponível em: <<https://pt.calameo.com/read/0028993278333b6b665ea?authid=xr4qNQx4QCEC>>. Acesso em: 16 fev. 2022.

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

1. Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503 de 23 /09/1997, alterada pela Lei 14.071/2020). 2. Resoluções CONTRAN: 11/98, 14/98, 24/98, 32/98, 34/98, 46/98, 56/98, 87/99, 115/00, 127/01, 129/01, 160/04, 181/05, 197/06, 205/06, 231/07, 241/07, 254/07, 259/07, 275/08, 281/08, 282/08, 286/08, 291/08, 292/08, 309/09, 319/09, 326/09, 619/16, 623/16, 723/18, 789/20, 798/20, 849/21 e alterações.

Referências

BRASIL, Advocacia-Geral da União. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial da União, 1997. (atualizar com base na lei 14071/2020)

Normas, Regulamentos e Resoluções do CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito.

BRASIL. Conselho Nacional de Trânsito. <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/conteudo-denatran/resolucoes-contran>. Acesso em 23/02/2022.

ARAUJO, Julyver Modesto de | PAZETTI, Arnaldo Luis Theodosio - Código de Trânsito Brasileiro (Anotado e Comentado) Ed. Tecnodata Educacional - atualizado até junho 2021.

NOÇÕES DE DIREITO (Exceto para Analista Jurídico)

1. Noções de Direito Constitucional: Constituição: conceito, objeto, elementos e classificações. Supremacia da Constituição. Aplicabilidade das normas constitucionais. Interpretação das normas constitucionais. Princípios do Estado Democrático de Direito. Organização do Estado Brasileiro. Estado Federal: União, Estados Federados, Distrito Federal e Municípios. Intervenção Federal e Estadual. Repartição de Competências. Poder Constituinte. Poder Legislativo. Processo Legislativo. Espécies normativas. Garantias dos Parlamentares. Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária. O TCU na Constituição. Poder Executivo. Presidente e Vice-Presidente da República. Atribuições e Responsabilidades. Poder Regulamentar e Medidas Provisórias. Poder Judiciário. Garantias. Jurisdição. Estrutura. Funções essenciais à Justiça. Direitos e Garantias fundamentais. Remédios Constitucionais. Mandado de Segurança. Habeas Corpus. Habeas Data. Mandado de Injunção. Ação Popular. Ação Civil Pública. Seguridade Social. **2. Noções de Direito Administrativo:** Noções de organização administrativa. Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. Administração direta e indireta. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. Poderes administrativos: hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. Uso e abuso do poder. Licitação e Contratos. Administrativos: princípios, contratação direta por dispensa ou inexigibilidade, modalidades, tipos, procedimento. Improbidade Administrativa. Processo Administrativo. Bens Públicos. Serviços Públicos. **3. Noções de Administração Pública:** Controle exercido pela Administração Pública. Controle judicial. Controle legislativo. Responsabilidade civil do Estado. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. Responsabilidade por ato comissivo do Estado. Responsabilidade por omissão do Estado. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. Regime jurídico-administrativo. Conceito. Princípios expressos e implícitos da Administração Pública. Orçamento Público. Receitas e Despesas. Públicas.

Referências:

BARROSO, Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. Ed. Saraiva Jur. 7a ed. 2018.

CUNHA JÚNIOR, Dirley. Curso de Direito Constitucional. Ed. Juspodivm. 13o ed. rev., ampl. e at., 2019.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquemático. Ed. Saraiva. 22a ed., 2018.

MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. Ed. Saraiva Jur. 8a ed. 2018.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. Ed. Saraiva Jur. 16a ed. 2018.



ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. Ed. Método. 26a ed. 2018.
BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. Ed. Malheiros. 33a ed. 2018.
CAVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Ed. Atlas. 31a ed. 2017.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. Ed. Forense. 31a ed. 2018
JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. Ed. Revista dos Tribunais. 13a ed. 2018.
RAMOS FILHO, Carlos Alberto de Moraes. Curso de Direito Financeiro. Ed. Saraiva Jur. 1a ed. 2012.
ABRAHAM, Marcus. Curso de Direito Financeiro Brasileiro. Ed. Forense. 5a ed., 2018.
LEITE, Harrison Leite. Manual de Direito Financeiro. Editora Juspodivm; 8ª edição. 2018.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NÍVEL MÉDIO

TÉCNICO ADMINISTRATIVO:

1. Noções de administração: 1.1. Almoxarifado 1.2 Redação oficial 1.3 Relações humanas, comunicação e expressão, desenvolvimento organizacional, atendimento público, guarda e conservação de materiais sob sua responsabilidade. 2. Rotinas de envio e recebimentos de ofícios, memorandos. 3. Gestão eletrônica de documentos. 4. Protocolos: recebimento, registro, distribuição, tramitação e expedição de documentos. 4.1. Classificação de documentos de arquivo. 4.2. Arquivamento e ordenação de documentos de arquivo. 4.3. Tabela de temporalidade de documentos de arquivo. 4.4. Acondicionamento e armazenamento de documentos de arquivo. 4.5. Preservação e conservação de documentos de arquivo. 5. Noções de Direito Administrativo. 5.1. Administração direta e indireta. 5.2. Administração centralizada e descentralizada. 5.3. Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 6. Agentes públicos. 6.1. Espécies e classificação. 6.2. Cargo, emprego e função públicos. 7. Os Poderes constitucionais na administração pública.

Referências:

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à Administração. 5ª edição rev. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2000
TEIXEIRA, Helio Janny. Fundamentos de Administração: a busca do essencial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015
Oliveira, D.D.P.R. D. Administração. São Paulo: Grupo GEN, 2019.
Berwig, A. Direito Administrativo. Ijuí RS: Editora Unijuí, 2019.

TÉCNICO DE INFORMÁTICA:

01. Elementos básicos de Hardware (processador, memórias, barramentos, periféricos, dispositivos de entrada e saída). Arquitetura e tipos de computador. 02. Manutenção de micros e periféricos. 03. Redes de Computadores: tipos, classificação, componentes, topologias, arquitetura e cabeamento, equipamentos de redes, elementos básicos de uma rede. 04. Conceitos gerais de sistemas operacionais. Sistema Operacional Windows. 05. Instalação de sistemas operacionais e outros softwares básicos. 06. Arquivos: conceito, tipos, nomes, formatos e extensões mais comuns. 07. Manipulação de Sistemas de Arquivo. 08. Operações sobre arquivos e diretórios. 09. Estrutura de diretórios, caminhos, atalhos e segurança. 10. Suporte em softwares básicos. Noções em linguagem e lógica de programação. 11. Ferramentas de Automação de Escritório. 12. Editores de textos, planilhas eletrônicas e editores de apresentações. Correio eletrônico. Pacote Microsoft Office. 13. Noções de Banco de dados. Sistemas gerenciadores de Banco de Dados (MS-Access). 14. Segurança da informação. Segurança Física e Lógica. Tipos de ameaça. Malware. Criptografia. Backup e Mídias para armazenamento de dados. Segurança na Internet. 15. Internet, Intranet e Extranet: conceitos e arquitetura; principais aplicações e serviços, utilização dos recursos WWW a partir dos Web Browsers. Computação em nuvem (Cloud Computing).

Referências:

MARÇULA, Marcelo. Pio Armando Benini Filho. – Informática: conceitos e aplicações, 5 ed. – São Paulo: Érica, 2019. 408 p.
VELLOSO, Fernando. Informática: Conceitos básicos. Brasil, Elsevier, 2017.
Guia técnico de montagem e manutenção de computadores. N.p., Universo dos Livros Editora.



TÉCNICO VISTORIADOR DE VEÍCULOS:

Sistema Nacional de Trânsito: Da Composição e da Competência do Sistema Nacional de Trânsito. Veículos: Disposições Gerais; Segurança dos Veículos; Identificação do Veículo. Veículos em Circulação Internacional. Registro dos Veículos. Licenciamento. Infrações e Penalidades. Vistoria de veículos. Veículos de Fabricação Artesanal. Procedimentos quanto ao veículo no DETRAN-AM: alteração de dados; baixa de veículo; placas de identificação; inclusão/exclusão de gravame, dentro outros. Noções sobre funcionamento do veículo. Conhecimento Técnico de Mecânica em geral.

Referências:

BRASIL, Advocacia-Geral da União. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial da União, 1997.

A Lei Complementar N.º 101, de 4 de maio de 2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Normas, Regulamentos e Resoluções do CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito.

BRASIL. Departamento de Estradas de Rodagem. Manuais e Normas Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e DER – Estados (administração do sistema rodoviário estadual).

Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI)

Conselhos Estaduais de Trânsito (CETTRAN)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - Normas Regulamentadoras (NR); Normas Brasileiras (NBR).

BRASIL. Norma Regulamentadora nº6. Equipamentos de proteção individual – EPIs. 1978. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/nr-06-atualizada-2018.pdf> Acesso em: 14 de janeiro de 2020.

BRASIL. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 10719:2015. Informação e documentação — Relatório técnico e/ou científico — Apresentação. 2015. Disponível em: <https://metodologiaunirio.files.wordpress.com/2016/10/nbr-10719-versao-2015.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2020.

Manuais vigentes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/ipr/coletanea-de-manuais>. Acesso em: 15 fev. 2022.

Brasil. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Diretoria de Planejamento e Pesquisa. Coordenação Geral de Estudos e Pesquisa. Instituto de Pesquisas Rodoviárias. Manual de estudos de tráfego. - Rio de Janeiro, 2006. 384 p. (IPR. Publ., 723).

Demais publicações amplamente utilizadas:

BRASIL. Conselho Nacional de Trânsito. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito - Sinalização Semafórica. v. 5. 2014.

SEST/SENAT. Agente de trânsito – Noções de Engenharia de Tráfego e Sinalização de Trânsito: material do aluno. Brasília: SEST/SENAT. 38 p., 2018.

OLIVEIRA, C. A.; ROSA, A. Motores de combustão interna – álcool e gasolina. Santa Maria, CEP SENAI Roberto Barbosa Ribas. 116p. 2003.

NÍVEL SUPERIOR

ADMINISTRADOR:

1. A nova administração pública. 2. O Estado e a Administração Pública na sociedade contemporânea. 3. Administração por objetivos. 4. Planejamento e administração estratégicos. 5. Processo de controle estratégico e de desempenho. 6. Planejamento estratégico governamental e metodologias de diagnósticos e planejamento de situações. 7. Balanced Scorecard, painéis operacionais e serviços compartilhados. 8. Indicadores de desempenho, diagnóstico empresarial e avaliação de empresas. 9. Gestão da qualidade. 10. Comportamento organizacional. 11. Gestão de pessoas. 12. Gerenciamento de projetos. 13. Desenvolvimento e aprendizagem organizacional e inovação. 14. Processos ou funções administrativas. 15. Administração de materiais e logística. 16. Compras na Administração Pública e legislação pertinente. 17.



Noções de Administração Financeira e Orçamentária. 18. Finanças e contabilidade públicas, orçamento público, tributação e legislação pertinente.

Referências:

COSTIN, C. Administração Pública. São Paulo: Grupo GEN, 2010.

CHEROBIN A. P. Administração Financeira. São Paulo: Grupo GEN, 2016.

GONÇALVES, P. S. Administração de Materiais. São Paulo: Grupo GEN, 2020.

JR., A.A.T.; II, A.J.S.; GAMBLE, J.E. Administração Estratégica. São Paulo: Grupo A, 2013.

OLIVEIRA, D.D.P.R. D. Administração. São Paulo: Grupo GEN, 2019.

OLIVEIRA, L.Y.M.D.; OLIVEIRA, P.R.B.; SAWITZKI, R.; SANTOS, A.B.W.D. Gestão de pessoas. São Paulo: Grupo A, 2018.

AGENTE DE TRÂNSITO:

1. Noções de Legislação de Trânsito; 2. Código de Trânsito Brasileiro e respectivas atualizações; 3. Sinalização Viária Urbana; 4. Segurança Viária e do Trabalho; 5. Conhecimentos básicos de Primeiros Socorros, Direção Defensiva e de Mecânica Veicular; 6. Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e coletiva; 7. Noções de Planejamento de Trânsito Urbano; 8. Noções de Engenharia de Tráfego.

Referências:

BRASIL, Advocacia-Geral da União. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial da União, 1997.

A Lei Complementar N.º 101, de 4 de maio de 2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Normas, Regulamentos e Resoluções do CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito.

BRASIL. Departamento de Estradas de Rodagem. Manuais e Normas Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e DER – Estados (administração do sistema rodoviário estadual).

Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI)

Conselhos Estaduais de Trânsito (CETRA) ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - Normas Regulamentadoras (NR); Normas Brasileiras (NBR).

BRASIL. Norma Regulamentadora nº6. Equipamentos de proteção individual – EPIs. 1978. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/nr-06-atualizada-2018.pdf> Acesso em: 14 de janeiro de 2020.

BRASIL. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 10719:2015. Informação e documentação — Relatório técnico e/ou científico — Apresentação. 2015. Disponível em: <https://metodologiaunirio.files.wordpress.com/2016/10/nbr-10719-versao-2015.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2020.

Manuais vigentes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/ipr/coletanea-de-manuais>. Acesso em: 15 fev. 2022.

Brasil. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Diretoria de Planejamento e Pesquisa. Coordenação Geral de Estudos e Pesquisa. Instituto de Pesquisas Rodoviárias. Manual de estudos de tráfego. - Rio de Janeiro, 2006. 384 p. (IPR. Publ., 723).

Demais publicações amplamente utilizadas:

BRASIL. Conselho Nacional de Trânsito. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito - Sinalização Semafórica. v. 5. 2014.

SEST/SENAT. Agente de trânsito – Noções de Engenharia de Tráfego e Sinalização de Trânsito: material do aluno. Brasília: SEST/SENAT. 38 p., 2018.

OLIVEIRA, C. A.; ROSA, A. Motores de combustão interna – álcool e gasolina. Santa Maria, CEP SENAI Roberto Barbosa Ribas. 116p. 2003.

ANALISTA DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO:

Engenharia de Software: Ciclo de vida de software. Análise de requisitos funcionais e não-funcionais. Metodologias ágeis (SCRUM, XP). Teste de Software. Conceitos básicos, tipos de testes. Modelagem de



Processo de Negócio: Conceitos básicos, Técnicas de mapeamento de processos (modelos AS-IS) e (modelos TO-BE). Modelagem de Processos em BPMN. Análise de Sistemas: análise e projetos de sistemas – fundamentos de engenharia software. Análise estruturada: ferramentas e técnicas de projetos. Análise essencial. Análise orientada a objetos, utilizando UML. RUP (Rational Unified Process). Ambientes e ferramentas de desenvolvimento orientado a objetos. Linguagens de Programação (fundamentos). Estruturas de controle, seleção, repetição e desvio. Linguagens e ambientes de programação. Programação Orientada a Objetos (POO). Tipos de dados; operadores; expressões; estruturas de controle e repetição. Estruturas de dados homogêneas e heterogêneas: vetores e matrizes, registros, listas, filas, pilhas e árvores; métodos de busca e ordenação; recursividade; funções e procedimentos: variáveis locais e globais; utilização de parâmetros. Modelagem de dados. Modelo entidade relacionamento. Banco de dados: conceitos e arquitetura para sistemas de dados: características de SGBD, categorias de modelos de dados. Normalização. Arquitetura cliente/servidor (conceitos). Arquitetura em três camadas, Modelo MVC. Linguagem SQL. MS-SQL SERVER 2005. OLAP (on-line analytic processing) (fundamentos). Data Warehouse / Data Mining (fundamentos). Extração, transformação e carga (ETL). Qualidade de dados. Segurança aplicada a sistemas. Criptografia. Rotinas de Backup (cópias de segurança, restauração e recuperação). Dispositivos de Segurança. Firewall, IDS, IPS, Proxy, NAT e VPN. Malwares: vírus de computador, cavalo de troia, spyware, backdoors, keylogger, worms. Rede de Computadores; Arquitetura e protocolos de redes de comunicação. Repetidores, hubs, bridges, switches, roteadores, gateways. Arquitetura e protocolos TCP/IP. Nível de aplicação TCP/IP: DNS, FTP, NFS, TELNET, SMTP, HTTP e SNMP. Protocolo IP: endereçamento IPv4, IPv6. Redes sem fio. Padrão IEEE 802.11g/n/ac Wireless LAN. Sistema Operacional: Windows e Linux; Conceitos de kernel e Shell. Administração de Windows 2012 e 2016 Server e Windows XP, 7, 8 e 10. Servidores WEB e de e-mail. Computação na Nuvem. Gerenciamento de projetos: PMBOK. Ciclo de vida de projeto. Estudo de viabilidade técnica e econômica. Métricas para estimativas e avaliação de prazo e custo (fundamentos). Técnicas de controle (fundamentos). Análise de risco (fundamentos). Planejamento de Sistemas de Informação: Metodologias de planejamento. Arquitetura de sistemas de informação. Tecnologia da informação aplicada à Sistemas de Informação. COBIT e ITIL. CMMI (Capability Maturity Model Integration).

Referências:

- Conceitos de Linguagens de Programação - 11.ed. N.p., Bookman Editora, 2018.
- FOWLER, Martin, and Kobryn, Cris. UML Distilled. Boston, Addison-Wesley, 2003.
- Fundamentos de Segurança da Informação: com base na ISO 27001 e na ISO 27002. Brasil, Brasport, 2018.
- Modelagem de dados - estudos de casos abrangentes da concepção lógica à implementação. N.p., Saraiva Educação S.A., 2019.
- Modelagem de Processos com BPMN 2ª edição. Brasil, Brasport, 2014.
- PRESSMAN, Roger S. Engenharia de Software. Brasil, AMGH, 2011.
- SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de software. Brasil, Pearson Prentice Hall, 2011.
- TANENBAUM, Andrew S., and Woodhull, Albert S. Sistemas Operacionais: Projetos e Implementação. Brasil, Grupo A - Bookman, 2009.
- _____, Andrew S. Redes de computadores. Brasil, Elsevier, 2003.
- UM GUIA DO CONHECIMENTO EM GERENCIAMENTO DE PROJETOS (GUIA PMBOK®). N.p., Saraiva Educação S.A., 2017.

ANALISTA JURÍDICO:

1. Direito Constitucional: Constituição: conceito, objeto, elementos e classificações. Supremacia da Constituição. Aplicabilidade das normas constitucionais. Interpretação das normas constitucionais; métodos, princípios e limites. Poder constituinte. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado. Administração pública. Organização dos poderes no Estado. Mecanismos de freios e contrapesos. Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário: composição e atribuições. O Estado federal: a União, os Estados, O Distrito Federal e os Municípios. Processo Legislativo. Funções essenciais à justiça. Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública. Controle da Constitucionalidade. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Sistema Tributário Nacional. Finanças públicas. Ordem Econômica e Financeira. Ordem social. Remédios Constitucionais. Mandado de Segurança. Habeas Corpus. Habeas Data. Mandado de Injunção. Ação Popular. Ação Civil Pública; **2. Direito Administrativo:** Conceituação, objeto, fontes e princípios do Direito Administrativo. Administração Pública. Atos administrativos. Poderes da Administração



Pública. Bens Públicos. Serviços Públicos. Agentes Públicos. Licitações e Contratos administrativos. Desapropriação. Improbidade Administrativa. Processo Administrativo. Organização Administrativa. Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. Administração direta e indireta. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista; **3. Direito do Trabalho:** Fontes do Direito do Trabalho e princípios aplicáveis. Direitos constitucionais dos trabalhadores. Relação de trabalho e relação de emprego. Sujeitos do contrato de trabalho. Contrato individual de trabalho. Alteração, suspensão, interrupção e rescisão do contrato de trabalho. Aviso prévio. Estabilidade e garantias provisórias de emprego. Jornada de trabalho e descanso. Salário mínimo. Férias. Salário e remuneração. FGTS. Segurança e medicina no trabalho. Proteção ao trabalho do menor. Proteção ao trabalho da mulher. Direito Coletivo do Trabalho; **4. Direito Processual do Trabalho:** Provas, recursos e ação rescisória no Processo do Trabalho. Processo de execução. Prescrição e decadência no Processo do Trabalho. Competência da Justiça do Trabalho. Organização da Justiça do Trabalho. Rito sumaríssimo no dissídio individual. Comissão de Conciliação Prévia nos dissídios individuais. Dissídios coletivos. Da instituição sindical. Processo de multas administrativas; **5. Direito Civil:** Fontes do direito civil, princípios aplicáveis e normas gerais. Pessoas naturais e pessoas jurídicas. Domicílio. Bens. Atos jurídicos. Negócio jurídico. Prescrição e decadência. Prova. Obrigações. Contratos. Responsabilidade Civil. Posse, propriedade e direitos reais; **6. Direito Processual Civil:** Jurisdição e Ação. Processo e procedimento. Condições da ação e pressupostos processuais. Partes e Procuradores. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Competência. Atos processuais. Formação, suspensão e extinção do processo. Resposta do réu. Revelia. Julgamento conforme o estado do processo. Provas. Audiência. Sentença e coisa julgada. Liquidação e Cumprimento de Sentença. Execução. Recursos. Ação rescisória. Procedimentos especiais: mandado de segurança, ação popular, ação civil pública e ação de improbidade administrativa.

Referências:

Direito Constitucional

BARROSO, Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. Ed. Saraiva Jur. 7a ed. 2018.
CUNHA JÚNIOR, Dirley. Curso de Direito Constitucional. Ed. Juspodivm. 13o ed. rev., ampl. e at., 2019.
LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. Ed. Saraiva. 22a ed., 2018.
MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. Ed. Saraiva Jur. 8a ed. 2018.
TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. Ed. Saraiva Jur. 16a ed. 2018.

Direito Administrativo

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. Ed. Método. 26a ed. 2018.
BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. Ed. Malheiros. 33a ed. 2018.
CAVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Ed. Atlas. 31a ed. 2017.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. Ed. Forense. 31a ed. 2018
JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. Ed. Revista dos Tribunais. 13a ed. 2018

Direito do Trabalho

BARROS, Alice Monteiro de. Curso de Direito do Trabalho. 9. ed. São Paulo: LTR, 2013.
DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 11. ed. São Paulo: LTR, 2012.

Direito Processual do Trabalho

ALMEIDA, Cléber Lúcio. Direito processual do trabalho. 6. ed. São Paulo: LTr, 2016.
MARTINS, Sergio Pinto. Direito Processual do Trabalho. 42. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

Direito Civil

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSELVALD, Nelson e BRAGA NETTO, Felipe. Manual de Direito Civil - Volume Único. 4. ed. rev, ampl. e atual. - Salvador: Ed. JusPodivm, 2019.
TARTUCCE, Flavio. Manual de Direito Civil. Volume Único. 12ª Edição. Editora GEN/Método. 2022.

Direito Processual Civil

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito Processual Civil Esquematizado. 11. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.
NEVES. Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. 13a edição. Editora Juspodivm. 2021.

ARQUITETO:

1. Desenho arquitetônico. 1.1. Sistemas estruturais. 1.2. Estática dos corpos rígidos e elásticos. 1.3. Estruturas de concreto armado. 1.4. Estruturas de aço e de madeira. 1.5. Conforto ambiental, iluminação e ventilação



natural. 1.6. Insolação.1.7. Luminotécnica, conforto acústico e térmico. 2. Ergonomia. 3. Acessibilidade universal (Norma ABNT 9050/2020).4. Materiais de construção e elementos construtivos. 5. Projeto Arquitetônico. 5.1. Metodologia de projeto. 5.2. Tipologias de organização espacial. 5.3. Partido arquitetônico e construtivo. 5.4. Implantação e análise do terreno e do entorno. 5.5. Estudo de acessos, fluxos e circulações. 5.6. Instalações elétricas em BT, telefônicas, de lógica e hidrossanitárias (água potável, esgoto e de captação e drenagem de águas pluviais) em/para edificações convencionais. 5.7. Coberturas e impermeabilização. 5.8. Esquadrias. 5.9. Pisos e revestimentos. 6. Informática aplicada à arquitetura e ao urbanismo. Programas de softwares básicos para uso em escritório e AutoCAD. 7. Topografia, cortes, aterros e cálculo de movimentação de terra. 8. Legislação ambiental e urbana. 9. Projetos de interiores para ambientes corporativos e industriais. 10. Paisagismo. 11. Comunicação visual. 12. Instalações de prevenção e combate a incêndio pânico. 13. Orçamentos de obras e serviços de engenharia. 14. Normas brasileiras afins a projetos e obras: NBR16636-1 de 12/2017 - Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos - Parte 1: Diretrizes e terminologia; NBR16636-2 de 12/2017 - Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos - Parte 2: Projeto arquitetônico; NBR16636-3 de 07/2020 - Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos - Parte 3: Projeto urbanístico; NBR 6492/2021 - Documentação técnica para projetos arquitetônicos e urbanísticos – Requisitos.

Referências:

- SILVER, P.; LEAN, W.M.; EVANS, P. Sistemas estruturais. São Paulo: Editora Blucher, 2013.
- ENGEL, Heino. Sistemas estruturais. Edição castellana/portuguesa. Editorial Gustavo Gili, SA, Barcelona, 2001.
- SOUZA, Marta Francisca Suassuna Mendes de; RODRIGUES, Rafael Bezerra. Sistemas estruturais de edificações e exemplos. Universidade Estadual de Campinas. SP, 2008.
- PEREIRA, Djalma Martins et al. Introdução à terraplenagem. Universidade Federal do Paraná, 2015
- CARVALHO Jr. Roberto de. Instalações prediais hidráulico-sanitárias. Princípios básicos para elaboração de projetos. Blucher. São Paulo, 2014
- NEUFERT, Ernest. Arte de Projetar em Arquitetura. 18ª edição. São Paulo: Editora Gilli, 2013.
- Waterman, T. Fundamentos de Paisagismo. São Paulo: Grupo A, 2011.
- PINHEIRO, A.C.D.F.B.; CRIVELARO, M. Conforto Ambiental - Iluminação, Cores, Ergonomia, Paisagismo e Critérios para Projetos. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.
- MATTOS, Aldo Dórea. Como preparar orçamento de obras. 3ª edição. São Paulo: Oficina de textos, 2019
- NBR 9050/2020
- NBR 16636 completa
- NBR 6492/2021
- NR 23 proteção contra incêndios

ARQUIVISTA:

1. Planejamento e organização de arquivos: a) aspectos conceituais b) aspectos de formação e desenvolvimento de fundos documentais;
2. Política e descrição documental;
3. Ciclo vital dos documentos;
4. Tipologia documental em Arquivística;
5. Avaliação de documentos e classificação de documentos;
6. Sistemas e métodos de arquivamento;
7. Memória e patrimônio documental;
8. Gerenciamento Eletrônico de Documentos;
9. Tecnologias para arquivamento: Microfilme, mídia magnética, mídia ótica, e demais mídias;
10. Conhecimentos de informática: Processador texto, planilha e apresentação;
11. Normas ABNT: ABNT NBR ISO 30300, ABNT NBR ISO 30301.

Referências:

1. Planejamento e organização de arquivos: a) aspectos conceituais b) aspectos de formação e desenvolvimento de fundos documentais;
- BELLOTTO, Heloísa Liberali. Arquivos permanentes: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Arq. & Adm., Rio de Janeiro, 10-14, v. 1, p.14-33, abr. 1982\ago. 1986.
- PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. 3 ed., Rio de Janeiro: FGV, 1997.
2. Política de descrição documental;



Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: 2.ed., rev., adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pela CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

LOPEZ, ANDRÉ Porto Ancona. Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Documentos públicos e privados: arranjo e descrição. (Trad. Manoel A. Wanderley). 2ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1980.

3. Teoria da Três Idades e Ciclo vital dos documentos;

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Arquivos modernos: princípios e técnicas. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 388p.

COSTA FILHO, Cássio Murilo Alves; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. O ciclo vital dos documentos no âmbito da arquivologia: surgimento, disseminação e interpretações. Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib., João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 187-202, 2016. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/28336>>. Acesso em: 14 fev. 2022.

4. Tipologia documental em Arquivística;

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002. Como fazer 8. Disponível em: <https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf8.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação: uma metodologia de pesquisa para a Arquivística. In: Estudos avançados em Arquivologia. Marília, São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2012, p. 197-215. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

5. Avaliação de documentos e classificação de documentos;

BERNARDES, Ieda Pimenta. Como avaliar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. Como fazer, 1. Disponível em: <https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf1.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Resolução n. 40, de 9 de dezembro de 2014. Dispõe sobre os procedimentos para a eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. Disponível em: <<https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacaoarquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-40-de-9-de-dezembro-de-2014-alterada>>. Acesso em: 14 fev. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Resolução nº 43, de 04 de setembro de 2015. Altera a redação da Resolução do CONARQ nº 39, de 29 de abril de 2014, que estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais DIRETRIZES PARA A DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO NOS TERMOS DO DECRETO Nº 10.278/2020 37 confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. Disponível em: <http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/diretrizes_rdc_arq.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

ARQUIVO NACIONAL. Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades-meio do Poder Executivo Federal. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/arquivocentral/wp-content/uploads/sites/135/2020/07/CodigoClassifica%C3%A7%C3%A3o-e-TTD-atividade-meio-da-APF-25-06-2020.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2022.

6. Sistemas e métodos de arquivamento;

PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. 3 ed., Rio de Janeiro: FGV, 1997.

7. Memória e patrimônio documental;

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. Brasília: Ciência da Informação, Vol. 25, n. 2, 1995. Disponível em:

<https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_cfb64eaa1_0008801.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

8. Gerenciamento Eletrônico de Documentos;



RONDINELLI, Rosely Curi. Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos. Rio de Janeiro: FGV; 4ª edição, 2007.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. Gestão de Documentos Eletrônicos: uma Visão Arquivística. Brasília: Associação Brasileira de Arquivologia, 2002.

BRASIL. Arquivo Nacional. Gestão de documentos: conceitos e procedimentos básicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional (Brasil), 1995. (Publicações Técnicas, 47).

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Resolução nº 25, de 27 de abril de 2007. Dispõe sobre a adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. Disponível em: <<http://antigo.conarq.gov.br/resolucoes-do-conarq/262-resolucao-n-20,-de-16-de-julhode-2004.html>>. Acesso em: 14 fev. 2022.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira: visão geral sobre assinaturas digitais na ICP Brasil Doc-ICP-15 Versão 2.2. Disponível em: <http://www.iti.gov.br/images/repositorio/consultapublica/encerradas/DOC-ICP-15_Versao_2.2_VISAO_GERAL_SOBRE_ASSIN_DIG_NA_ICP-BRASIL_xx-xx2015.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Resolução nº 20, de 16 de julho de 2004. Dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos. Disponível em: <<http://antigo.conarq.gov.br/resolucoes-doconarq/262-resolucao-n-20,-de-16-de-julho-de-2004.html>>. Acesso em: 14 fev. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Resolução nº 24, de 3 de agosto de 2006. Estabelece diretrizes para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas públicas. Disponível em: <[https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-24-de-3-de-agosto-de-2006#:~:text=Estabelece%20diretrizes%20para%20a%20transfer%C3%Aancia,digitais%20para%20institui%C3%A7%C3%B5es%20arquiv%C3%ADsticas%20p%C3%ABlicas.&text=g\)%20ser%20enviados%20em%20m%C3%ADdia,Art.](https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-24-de-3-de-agosto-de-2006#:~:text=Estabelece%20diretrizes%20para%20a%20transfer%C3%Aancia,digitais%20para%20institui%C3%A7%C3%B5es%20arquiv%C3%ADsticas%20p%C3%ABlicas.&text=g)%20ser%20enviados%20em%20m%C3%ADdia,Art.)> Acesso em: 14 fev. 2022.

9. Tecnologias para arquivamento: Microfilme, mídia magnética, mídia ótica, e demais mídias;
BRASIL. Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968. Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5433.htm>. Acesso em: 14 fev. 2022.

_____. Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996. Regulamenta a Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d1799.htm>. Acesso em: 14 fev. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Resolução n. 10, de 6 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a adoção de símbolos ISO nas sinaléticas a serem utilizadas no processo de microfilmagem de documentos arquivísticos. Disponível em: <<http://antigo.conarq.gov.br/resolucoes-do-conarq/252-resolucao-n-10-de-6-de-dezembro-de-1999.html>>. Acesso em: 14 fev. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Resolução nº 20, de 16 de julho de 2004. Dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos. Disponível em: <<http://antigo.conarq.gov.br/resolucoes-doconarq/262-resolucao-n-20,-de-16-de-julho-de-2004.html>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

11. Normas da ABNT: ABNT NBR ISO 30300, ABNT NBR ISO 30301, ABNT NBR ISO 15489.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 15489: Informação e documentação - Gestão de documentos de arquivo. Parte 1: Conceitos e princípios. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 30300: Informação e documentação – Sistema de gestão de documentos de arquivo – Fundamentos e vocabulário. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 30301: Informação e documentação – Sistema de gestão de documentos de arquivo – Requisitos. 2016

12 Legislação arquivística.



BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 fev. 2022.

_____. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm>. Acesso em: 14 fev. 2022.

_____. Decreto nº 1.173, de 29 de junho de 1994. Dispõe sobre competência, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, v. 132, n. 123, p. 9.665, jun. 1994. Seção I.

_____. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 06 ago. 2021.

ASSISTENTE SOCIAL:

1. Trabalho Social na área rural. 2. Política Social: história e a relação do Estado com a sociedade. 3. A política social no contexto atual e o neoliberalismo. 4. Seguridade social. 5. Política de assistência. LOAS. PNAS. 6. Política de Saúde. SUS. Participação e Controle no SUS. 7. Política de Previdência Social. 8. Política Educacional. 9. Planejamento social: projetos, planos, programas e planejamento estratégico. 10. Avaliação de programas, projetos e políticas sociais. 11. Pesquisa social: elaboração de projetos, métodos e técnicas quantitativos e qualitativos. 12. Instituições e Serviço Social. 13. Fundamentos teóricos e éticos do Serviço Social. 14. História da Profissão. 15. Ética Profissional. 16. Estratégias, instrumentos e técnicas de intervenção (entrevistas, visitas domiciliares e demais abordagens) em Serviço Social: abordagem individual e coletiva, trabalho com redes e famílias. 17. Elaboração de documentação (projetos, relatórios, laudos, pareceres e demais documentos oficiais). 18. Organização de comunidade, associações, sindicatos, cooperativas e movimentos sociais. 19. Normas e papel dos Juizados Especiais. 20. Criança e Adolescente: Estatuto da Criança e do Adolescente e legislações complementares. 21. Idoso: Estatuto do Idoso e Política Nacional do Idoso. 22. Serviço Social e a atuação em Serviços desenvolvidos na área do Trânsito.

Referências:

ABRAMIDES, M. B. e DURIGUETTO, M. L. Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2015.

ANJOS, K. C. et al. Paciente vítima de violência no trânsito: Análise do perfil socioeconômico, características do acidente e intervenção do Serviço Social na emergência. Acta Ortopédica brasileira, nº. 5, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-78522007000500006> Acesso em: 01 jun. 2015.

BAPTISTA, Myriam Veras. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação. Lisboa: Veras, 2002.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e Serviço Social. Fundamentos Ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. B. Política Social: fundamentos e História. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

_____. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

_____. Lei nº 8.842 de de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.

_____. Lei de nº 10.741 de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

BRASIL. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB – RH/SUAS. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome – MDS. 2005.

BRASIL. Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRAVO, M. I. S. et al. (orgs). Saúde e Serviço Social no capitalismo – fundamentos sócio-históricos. Rio de



Janeiro: Cortez, 2016.

BUAINAIN, Antônio Márcio; DEDECCA, Cláudio; NEDER, Henrique Dantas (orgs). A nova cara da pobreza: desenvolvimento e a questão regional. Brasília: IICA, 2013.

CARVALHO, D. B. B. de (org.) Pesquisa em Serviço Social e Temas Contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. O Estudo Social em perícias, laudos e pareceres técnicos. Contribuição ao debate no Judiciário, Penitenciário e na Previdência Social. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

_____. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/1994 e n. 293/1994.

IAMAMOTO, M.V. Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, M. V., CARVALHO, R. de. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 3.ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 1985.

LUSA, Mailiz Garibotti. Trabalho no contexto rural: quando a divisão sexual do trabalho conforma as tramas da identidade de mulheres e homens da agricultura familiar no Oeste Catarinense. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: UFSC/CSE/DSS, 2008.

MARTINS, R. T. Seguro DPVAT: Seguro obrigatório de veículos automotores de vias terrestres. Servanda Editora, Campinas-SP, 2009.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: Imprensa Oficial, 2004.

NETTO, J.P. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2004.

NETTO, J.P. Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2005.

PEREIRA, P.A.P. Política Social: temas e questões. São Paulo: Cortez Editora, CNPQ, 2008.

SETUBAL, A. A. Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade. São Paulo: Cortez, 1999.

COMUNICAÇÃO SOCIAL:

1. Teorias da comunicação. 2. Comunicação pública. 3. Planejamento da comunicação. 4. Comunicação integrada. 5. Comunicação organizacional. 6. Relações públicas: relacionamento das organizações com seus públicos. 7. Planejamento e execução de atividades de Relações Públicas. 8. Planos, projetos e programas de Relações Públicas. 9. Relações Públicas e responsabilidade social. 10. Ética na Comunicação. 11. Relacionamento e atendimento. 12. Marca, identidade e imagem. 13. Marketing institucional. Atendimento aos públicos. 14. Gestão de crise. 15. Pesquisa de opinião e mercado. 16. Tecnologia. 17. Gestão em Web. 18. Edição online, recursos de interatividade, arquitetura da informação, comportamento do internauta. 19. Mídias sociais: conhecimento das características e funcionamento das mídias sociais. 20. Tecnologia e produção para mídias eletrônicas. 21. Produção de conteúdo: redação e edição para publicações impressas e web. 22. Produção e edição de imagens e vídeos. 23. Planejamento gráfico e visual.

Referências:

CANAVILHAS, João (Org.). Webjornalismo: 7 Características que marcam a diferença. Livros LabCom 2014.

DUARTE, Jorge. Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica. São Paulo: Atlas, 2002.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. Marketing 5.0—Tecnologia para a Humanidade. Rio de Janeiro: Sextante, 2021.

KUNSCH, Margarida Maria. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. - Edição revista - São Paulo: Summus, 2003.

SANTOS, Reinaldo. A ética na Comunicação. 2.ed. — Rio de Janeiro: Destaque, 1996.

SANTOS, Roberto Elisio dos. As Teorias Da Comunicação: Da Fala A Internet. 4.Ed. São Paulo: Paulinas, 2013. 143p.

TORRES, Claudio. A bíblia do marketing digital: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar. São Paulo: Novatec Editora, 2018.



CONTADOR:

I. CONTABILIDADE: 1. Objetivo, finalidade; conceito, objeto e campo de atuação. 2. Patrimônio e suas variações. 3. Contas (conceito, tipo e plano de contas). 4. Escrituração; métodos, diário, razão e livros auxiliares; registro de operações mercantis e de serviços; provisões; depreciação, amortização e exaustão; ajustes e Elaboração de demonstrações contábeis pela legislação societária e pelos princípios fundamentais da contabilidade. 5. Participações societárias (conceito, classificação e formas); cisão, incorporação e fusão. 6. Conhecimentos Básicos de Legislação Tributária (Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, ICMS, ISS, PIS/PASEP, COFINS e CSLL). 7. Princípios Fundamentais da Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade. Lei n. 6.404, suas alterações e legislação complementar. II. CONTABILIDADE DE CUSTOS: conceitos, classificação, custos para avaliação, controle e tomada de decisão. Sistemas de custos e informações gerenciais. Estudo da relação custo versus volume versus lucro. III. ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: objetivos, padronização das demonstrações, análise horizontal e vertical, análise através de índices (estrutura, endividamento, liquidez, rentabilidade e atividade). IV. AUDITORIA: noções básicas de auditoria interna e externa; natureza e campo de atuação da auditoria; controle interno e parecer de auditoria. V. MATEMÁTICA FINANCEIRA. Regra de três simples e composta, percentagens. Juros simples e compostos: capitalização e desconto. Taxas de juros: nominal, efetiva, equivalentes, real e aparente. Rendas uniformes e variáveis. Planos de amortização de empréstimos e financiamentos. VI. ORÇAMENTO PÚBLICO: conceito, elaboração, campo de ação, tipos e regime orçamentário; despesas e receitas públicas segundo as categorias econômicas; programa de trabalho de governo; programas e sub-programas por projetos e atividades. VII. CONTABILIDADE PÚBLICA: conceito e campo de atuação; princípios fundamentais da Contabilidade Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) vigentes, Bens públicos: conceito e classificação; créditos adicionais: conceito e classificação; receitas e despesas orçamentárias; estágios e classificação; receitas e despesas extra-orçamentárias; variações independentes da execução orçamentária; sistema de contas: conceito e classificação; comparativo da receita orçada com a arrecadada. Comparativo da despesa autorizada com a realizada. Demonstrativo da dívida flutuante (restos a pagar). Organização dos serviços de Contabilidade Pública. Fórmulas de escrituração contábil. Controle dos bens patrimoniais. Demonstrativos Contábeis: balanços orçamentários, financeiro patrimonial e demonstrativo das variações patrimoniais, voltados para a concepção do SIAFEM. VIII. LEGISLAÇÃO: Lei n.º 4.320/64; Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) vigentes. Lei n.º 8.666/93; (Lei de licitações e contratos e suas alterações posteriores) Lei Complementar n.º 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Lei n.º 6.404/76, suas alterações e legislação complementar.

Referências:

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: abordagem moderna e completa. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2017.
ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações. Atlas.
BRIGHAM, Eugene F.; Ehrhardt, Michael C. Administração Financeira: teoria e prática. 3 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.
CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, Contabilidade e Controles Interno no Setor Público. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2018.
Equipe de Professores da FEA-USP. Contabilidade Introdutória: livro texto. São Paulo: Atlas, 2019.
GELBKE, Ernesto, SANTOS, Ariovlado, IUDÍCIBUS, Sérgio, MARTINS, Eliseu. Manual da contabilidade societária. FINECAFI, 3ª edição
KOHAMA, Heilio, Contabilidade Pública teoria e prática. São Paulo: Atlas 15ª edição.
MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2018.
MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. São Paulo (SP) Atlas, 2018
OLIVEIRA, Luis Martins de; Chieragato, Renato; Perez Junior, José Hernandez; Gomes, Marliete Bezerra. MANUAL DE CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2015.
PADOVEZE, Clovis L. e BENEDICTO, Gideon de Carvalho. Análise das demonstrações financeiras. Cengage Learning, 2010
SALOTTI, Bruno; Lima, Gerlando; Murcia, Fernando; Malacrida, Mara Jane; Pimentel, Renê. Contabilidade Financeira. São Paulo: Atlas, 2019.
SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo; Gomes, José Mário Matsumura; FERNANDES, Luciane Alves – Atlas.
SOUSA, Edmilson Patrocínio de. Contabilidade Tributária: aspectos práticos e conceituais. São Paulo: Atlas, 2018.



TESOURO NACIONAL, 2017. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª Edição Exercício 2021. DFC – Demonstração de Fluxos de Caixa.

DESIGNER:

1. Programas: Photoshop, Illustrator, Flash, Fireworks, Indesign, Corel Draw. 2. Elaboração e desenvolvimento de projetos gráficos e estéticos, logomarcas, peças de comunicação interna, criação e produção de manuais, cartazes, banners, folders, fundo de palco, e-mail marketing, criação e desenvolvimento de layouts e designs em PSD. 3. Design e multimídia: Princípios do Design de Interfaces; Interfaces para plataformas digitais móveis; Análise de Mídias Sociais (desenvolvimento de estratégias e táticas assertivas em mídias sociais); 4. Técnicas de diagramação (planejamento gráfico, técnicas de composição visual, fundamentos de composição, hierarquia, legibilidade, tipografia, grid, contrastes, imagens e cor).

Referências:

AMBROSE, Gavin; HARRIS, Paul. Layout. 2a ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

GUERRA, Fabiana; TERCE, Mirela. Design digital: conceitos e aplicações para websites, animações, vídeos e webgames. São Paulo: SENAC São Paulo, 2020.

HORIE, Ricardo Minoru; OLIVEIRA, Ana Cristina Pedrozo. Crie projetos gráficos com photoshop CC, Coreldraw x7 e Indesign CC em português. São Paulo: Érica, 2014.

LUPTON, Ellen. Novos Fundamentos do design. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LUPTON, Ellen. Pensar com tipos: guia para designers, escritores, editores e estudantes. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Cosac & Naify, 2013.

NIELSEN, Jakob. Projetando Websites. Rio de Janeiro: Campus/ Elsevier, 2000.

PUREWAL, Semy. Aprendendo a Desenvolver Aplicações Web: Desenvolva Rapidamente com as Tecnologias JavaScript Mais Modernas. São Paulo: Novatec, 2014.

RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco; ZAGO, Gabriela. Análise de redes para mídia social. Porto Alegre: Sulina, 2018.

SAMARA, Timothy. Grid: construção e desconstrução. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.

WHEELER, Alina. Design de identidade da marca: um guia completo para a criação, construção e manutenção de marcas fortes. 5a. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.

WHITE, Jan V. Edição e design: para designers, diretores de arte e editores: o guia clássico para ganhar leitores. 2.ed. São Paulo: JSN, 2006.

ECONOMISTA:

1. Introdução aos problemas econômicos. 2. Escassez e escolha. 3. Livre mercado. 4. Papel do governo em economias em desenvolvimento. 5. Macroeconomia. 5.1. Contas nacionais. 5.2. Balanço de pagamentos. 5.3. Taxas de câmbio. 5.4. Sistemas de taxas de câmbio fixas e flexíveis. 5.5. Agregados macroeconômicos. 5.6. Renda e produto de equilíbrio. 5.7. Consumo. 5.8. Poupança. 5.9. Investimento. 5.10. Multiplicador. 6. Economia do Setor Público. 6.1. O papel do Setor Público em uma economia capitalista. 6.2. Natureza e estrutura das despesas públicas. 6.3. Orçamento público. 6.4. Finanças públicas do Brasil. 7. Microeconomia. 7.1. Lei da oferta e da demanda. 7.2. Curvas de demanda e de oferta. 7.3. Elasticidade-preço. 7.4. Fatores que afetam a elasticidade-preço. 7.5. Elasticidade-renda. 8. Noções de teoria da produção. 8.1. Função de produção. 8.2. Conceitos básicos de custos de produção. 8.3. Preço e produto em concorrência perfeita, em oligopólio e em monopólio. 8.4. Falhas no sistema de mercado. 9. Noções sobre métodos quantitativos. 9.1. Números índices, análise de regressão linear. 10. Análise de investimento. 11. Análise de Projetos. 11.1. Ponto de Equilíbrio. 11.2. Taxa Interna de Retorno. 11.3. Valor Presente Líquido. 11.4. Estudos de Viabilidade. 12. Noções de Administração Financeira e Orçamentária. 12.1. Orçamento público. 12.2. O ciclo orçamentário. 12.3. Orçamento- programa. 12.4. Planejamento no orçamento-programa. 12.5. Receita pública e gastos públicos. 12.6. Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar no 101/2000. 13. Matemática financeira. 13.1. Regra de três simples e composta, percentagens. 13.2. Juros simples e compostos. Capitalização simples e composta e descontos. 13.3 Taxas de juros. Nominal, efetiva, equivalentes, real e aparente. 13.4. Rendas uniformes e variáveis. 13.5. Planos de amortização de empréstimos e financiamentos. 13.6. Taxa interna de retorno. 14. Probabilidade e estatística. 14.1. Cálculo de probabilidade. 14.2. Variáveis aleatórias e suas distribuições. 14.3. Medidas características de uma



distribuição de probabilidade. 14.4. Modelos probabilísticos. 14.5. Análises estática e dinâmica de observações. 14.6. Noções de testes de hipóteses.

Referências:

ALMEIDA, Jarbas Thounahy Santos de. Matemática financeira. - 1. ed. - Rio de Janeiro: LTC, 2016.
ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações. – 14. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.
BUSSAB, Wilton O. & MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística básica. – 9. ed. – São Paulo: Saraiva, 2017.
GIACOMONI, James. Orçamento público. - 18. ed., rev. e atual. - São Paulo: Atlas, 2021.
HOJI, Masakazu. Administração financeira e orçamentária: Matemática financeira aplicada. Estratégias financeiras. Orçamento empresarial. – 12. ed. – [3. Reimpr.] – São Paulo: Atlas, 2021.
NOGAMI, Otto & MARTINS PASSOS, Carlos Roberto. Princípios de economia. – 7. ed., rev. – São Paulo, SP : Cengage Learning, 2016.
VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de & GARCIA, Manuel Enriquez. Fundamentos de Economia. – 6.ed. – São Paulo: Saraiva, 2019.

ENGENHEIRO COM ESPECIALIZAÇÃO EM TRÂNSITO:

1. Noções de Legislação de Trânsito. 2. Código de Trânsito Brasileiro e respectivas atualizações. 3. Sinalização Viária Urbana. 4. Segurança Viária e do Trabalho. 5. Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e coletiva. 6. Noções de Planejamento de Trânsito Urbano. 7. Noções de Engenharia de Tráfego. 8. Análise técnica de projetos. 9. Elaboração de Relatórios Técnicos. 10. Planejamento e acompanhamento na implantação de projetos de sinalização viária urbana. 11. Projeto de Manutenção de Sinalização. 12. Fiscalização Eletrônica. 13. Tratamento das Conversões e Pedestres. 14. Coordenação em Redes de Transporte Gerais. 15. Sistemas de Controle Centralizado de Semáforos.

Referências:

BRASIL, Advocacia-Geral da União. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial da União, 1997.
A Lei Complementar N.º 101, de 4 de maio de 2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.
BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
Normas, Regulamentos e Resoluções do CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito.
BRASIL. Departamento de Estradas de Rodagem. Manuais e Normas Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e DER – Estados (administração do sistema rodoviário estadual).
Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI)
Conselhos Estaduais de Trânsito (CETTRAN)
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - Normas Regulamentadoras (NR); Normas Brasileiras (NBR).
BRASIL. Norma Regulamentadora nº6. Equipamentos de proteção individual – EPIs. 1978. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/nr-06-atualizada-2018.pdf> Acesso em: 14 de janeiro de 2020.
BRASIL. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 10719:2015. Informação e documentação — Relatório técnico e/ou científico — Apresentação. 2015. Disponível em: <https://metodologiaunirio.files.wordpress.com/2016/10/nbr-10719-versao-2015.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2020.
Manuais vigentes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/ipr/coletanea-de-manuais>. Acesso em: 15 fev. 2022.
Brasil. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Diretoria de Planejamento e Pesquisa. Coordenação Geral de Estudos e Pesquisa. Instituto de Pesquisas Rodoviárias. Manual de estudos de tráfego. - Rio de Janeiro, 2006. 384 p. (IPR. Publ., 723).
Demais publicações amplamente utilizadas:
BRASIL. Conselho Nacional de Trânsito. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito - Sinalização Semafórica. v. 5. 2014.
SEST/SENAT. Agente de trânsito – Noções de Engenharia de Tráfego e Sinalização de Trânsito: material do aluno. Brasília: SEST/SENAT. 38 p., 2018.



OLIVEIRA, C. A.; ROSA, A. Motores de combustão interna – álcool e gasolina. Santa Maria, CEP SENAI Roberto Barbosa Ribas. 116p. 2003.

AMERICAN ASSOCIATION OF STATE HIGHWAY AND TRANSPORTATION OFFICIALS. AASHTO guidelines for traffic data programs. Washington, D.C., 1992

ESTATÍSTICO:

1. Natureza e fundamentos do método estatístico. 2. Estatística descritiva: apresentação tabular e gráfica, medidas de posição e dispersão. 3. Análise de regressão por mínimos quadrados: ajuste linear e ajuste por anamorfose. 4. Probabilidade: definição, elementos de análise combinatória, probabilidade condicional. 5. Principais distribuições de probabilidade (Binominal, Poisson e Normal). 6. Inferência estatística: teste de hipóteses e elementos de análise de variância. 7. Noções sobre amostragem.

Referências:

COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. Estatística. São Paulo, Editora Edgard Blucher, 1977. CLARK, Jeffrey & DOWNING, Douglas. Estatística Aplicada. São Paulo, Editora Saraiva, 1998.

CRESPO, Antônio Arnot. Estatística Fácil. São Paulo. Saraiva. 17ª ed. 2002.

MORETTIN, LUIZ GONZAGA. Estatística básica: probabilidade e inferência. São Paulo: Pearson, 2010. SILVA, Nilza Nunes da. Amostragem Probabilística. Editora Edusp, São Paulo, 1998.

FONSECA, J.S; Martins, G.A.; Toledo, G.L. Estatística aplicada. São Paulo. Atlas. 2ª ed. 1989.

GUERRA, Mauri José; Donaive, Denis. Estatística Indutiva. São Paulo. Liv.Ciência e Tecnologia. 4ª ed. 1990.

EXAMINADOR DE TRÂNSITO:

Legislação de Trânsito Brasileira: compreendendo a Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro e suas alterações), Resoluções do CONTRAN nº 789/2020, 801/2020 e 713/2017. Portarias do DENATRAN. Portarias Câmaras Temáticas 2019/2021 inclusive as que venham a ser baixadas até a data de publicação do presente edital.

Referências:

BRASIL, Advocacia-Geral da União. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial da União, 1997.

A Lei Complementar N.º 101, de 4 de maio de 2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Normas, Regulamentos e Resoluções do CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito.

BRASIL. Departamento de Estradas de Rodagem. Manuais e Normas Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e DER – Estados (administração do sistema rodoviário estadual).

Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI)

Conselhos Estaduais de Trânsito (CETTRAN)

Portarias DENATRAN. Portarias Câmaras Temáticas: (www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/conteudo-denatran/portarias-camaras-tematicas-2019-2021) acessado em: 23/02/2022

MÉDICO COM ESPECIALIZAÇÃO EM MEDICINA DE TRÁFEGO OU PERÍCIA DE TRÂNSITO:

1. Doenças cardiovasculares: hipertensão arterial, cardiopatia isquêmica, insuficiência cardíaca, arritmias cardíacas. 2. Doenças pulmonares: asma brônquica, doença pulmonar obstrutiva crônica e tromboembolismo pulmonar 3. Doenças renais: Doença renal crônica e litíase urinária. 6. Doenças endócrinas: diabetes mellitus. 7. Urgências e emergências clínicas. 8. Doenças neurológicas: acidente vascular cerebral, convulsões, e cefaleia, doenças periféricas e doenças degenerativas do SNC. 9. Ansiedade e depressão. 10. Assistência ao politraumatizado. 11. Suporte básico à vida. 12. Reanimação cardiorrespiratória. 12. Síncope. 13. Choque e reposição volêmica. 14. Ferimentos: Trauma de crânio, Trauma de tórax, Trauma abdominal, Trauma da coluna e da medula, Trauma de extremidades, Estabilização e transporte do paciente, Atendimento a múltiplas vítimas. 15. Grupos de risco em acidentes de trânsito 16. Álcool e direção veicular. 17. Uso de benzodiazepínicos e risco de acidente de trânsito. 18. Drogas ilícitas e trânsito. 19. Distúrbios do sono e direção veicular. 20. Medidas e equipamentos de segurança ativa e passiva.



21. Segurança no transporte veicular de crianças. 22. Exame de aptidão física e mental para condutores e candidatos a condutores de veículos automotores: Avaliação oftalmológica, Avaliação psicológica, Avaliação auditiva, Avaliação cardiorrespiratória, Avaliação neurológica, Avaliação do aparelho locomotor. 23. Medicina do tráfego legal: Legislação, Perícia médica, perícia do condutor para fins da CNH.

Referências:

1. Goldman-Cecil Medicine, 2-Volume Set 26th Edition - August 16, 2019
Authors: Lee Goldman, Andrew Schafer
2. Standards of Medical Care in Diabetes—2022 Abridged for Primary Care Providers
<https://diabetesjournals.org/clinical/article/40/1/10/139035/Standards-of-Medical-Care-in-Diabetes-2022>
3. Consensos e Diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia
<https://www.portal.cardiol.br/diretrizes>
4. ATLS: Advanced Trauma Life Support Student Course Manual, 10th ed
5. Basic Life Support (BLS) Provider Manual por American Heart Association, 2016
6. Adura F, Hegele R. Medicina de Tráfego: Novos Temas. Porto Alegre: ABRAMET 2019
7. Adura FE. Medicina de Tráfego. Manual do Exame de Aptidão Física e Mental para Condutores e Candidatos a Condutores de Veículos Automotores. São Paulo: ABRAMET 2013 a 2018
8. Alves Júnior DR. Manual de saúde do motorista profissional. São Paulo: ABRAMET; 2009. Diniz D, Adura FE.
9. O Exame de Aptidão Física e Mental para pessoas com deficiência. 1ª. ed. São Paulo: ABRAMET 2013
10. Departamento Nacional de Trânsito [Internet]. Brasília: Código de Trânsito Brasileiro.
11. São Paulo: Diretrizes da Medicina de Tráfego; c2008. Disponível em: <http://www.projetodiretrizes.org.br/> Associação Brasileira de Medicina de Tráfego [Internet]
12. São Paulo: Diretrizes da Medicina de Tráfego; [citado em 2011 Jan 10]. Disponível em: www.abramet.org.br/Site/Pagina.aspx?ID=373&MenuID=50&lang=pt_BR
13. Filho CG. Fisiologia aeronáutica e da altitude. Duque de Caxias: UNIGRANRIO; 2004.
14. Conselho Nacional de Trânsito [Internet]. Brasília: Resoluções CONTRAN. Associação Brasileira de Medicina de Tráfego [Internet]. São Paulo: Revista ABRAMET On-line. Disponível em: http://www.abramet.org.br/Site/Pagina.aspx?ID=698&MenuID=56&lang=pt_BR

PEDAGOGO:

1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 994/96, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso. 2. Sociologia da educação; educação e sociedade. 3. Qualidade na educação. 4. Psicologia da educação. 5. Teoria do desenvolvimento humano e suas distintas concepções, teorias da aprendizagem. 6. O conhecimento do valor ético como agente de promoção social nas relações interpessoais. 7. Impacto e importância do relacionamento no avanço do processo ensino-aprendizagem. 8. Família: as novas modalidades de família, metodologias de abordagem familiar. 9. Ética profissional. 10. Como se dá o conhecimento – Vertentes do conhecimento (Racionalismos, Empirismo e Interacionismo); 11. Evolução do processo de aprendizagem nas organizações; 12. Estratégias de capacitação e desenvolvimento de pessoas; 13. Metodologias e tecnologias da educação; 14. Critérios de seleção, aprendizagem, Tecnologia da Informação; Educação corporativa: concepção, parâmetros e implementação; 15. Relações da capacitação de pessoas com a Gestão do Conhecimento; 16. Liderança; 17. Avaliação de Desempenho por Competências; 18. Andragogia. 19. Projetos voltados para a área do trânsito.

Referências:

Qualidade na educação. Indicadores de Qualidade

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação em educação**, 2012. Disponível em: [Luckesi - avaliação em educação: 32 - Avaliação da aprendizagem, institucional e de larga escala](#)

BRASIL. MEC - Amélia Hamze - Prof.ª FEB/CETEC/ISEB. **Indicadores de Qualidade**. Disponível em: [Indicadores da Qualidade na Educação - Educador Brasil Escola \(uol.com.br\)](#)

BRASIL. MEC. **Indicadores da Qualidade na Educação**. Ensino Fundamental. Publicação de 2004, na página 05. Disponível em: [ce_indgua.pdf \(mec.gov.br\)](#)

Fonte/Referência: LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Meta destacada 7.4. Disponível em: [L13005 \(planalto.gov.br\)](#)

Teorias da aprendizagem.



COLL César, MARTIM Helena, MAURI Teresa, MIRAS Mariana, ONRUBIA Javier, SOLLE Isabel, ZABALA Antoni. Construtivismo na sala de aula. Editora: Ática.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro. 6 ed. São Paulo: Edições Loyola. 2011. P.46 – 2º parágrafo).

_____ Didática e Interdisciplinaridade. Editora: Papiros

MACEDO, Lino. Ensaio construtivistas. 6 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. Coleção Psicologia e educação. Dirigida pelo autor. P.15.

PIAGET, Jean, 1896-1980. Psicologia e pedagogia. Tradução Dirceu Accioly Lindoso e Rosa Maria Ribeiro da Silva. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. P. 45.

VAZ e RAPOSO (artigo) - Introdução às Teorias de Aprendizagem. Desenvolvido por Francine Ferreira Vaz e Renato Raposo. [[Página Principal \(ufrj.br\)](#)]CAPÍTULO 3: Teorias da Aprendizagem. Disponível em: [Introdução as Teorias de Aprendizagem \(ufrj.br\)](#) Acessado em jan./2022.

Psicologia da Educação

MACEDO, Lino. Ensaio construtivistas. 6 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. Coleção Psicologia e educação. Dirigida pelo autor. P.15.

PIAGET, Jean, 1896-1980. Para onde vai a educação? Tradução de Ivette Braga, 3 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975. P. 17.

GOMES. (ARTIGO). OS CONCEITOS DE PIAGET E O PAPEL DO PROFESSOR. Publicado por Maria Madalena Cardoso Macedo Gomes. Disponível em: [Os conceitos de Piaget e o Papel do Professor - Brasil Escola \(uol.com.br\)](#)

Andragogia

Paulo Freire - Livros: “Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa” e “Educação e Mudança”

SENAC - EDUCAÇÃO EM SEGURANÇA NO TRABALHO. Princípios da andragogia: características da educação de adultos. SENAC. Disponível em: [Princípios da andragogia: características da educação de adultos \(senacrs.com.br\)](#) acessado em jan./2022

Idoso e Criança

BRASIL. L.D.B nº 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA _ Estatuto da Criança e do Adolescente.

ESTATUTO DO IDOSO. Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003.

Geral

-AQUINO, Júlio Groppa. Autoridade e autonomia na escola alternativas teóricas e práticas. Summus editorial.

FONSECA, Vitor da. Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem. 1ª Ed. Porto Alegre: Artmed,2008

JOLIBERT, Josette. Formando crianças leitoras. Editora: Artmed.

JOLIBERT, Josette. Formando crianças produtoras de textos. Editora: Artmed.

LATAILLE, Yves. DANTAS, Heloisa e OLIVEIRA, Marta Kohl de, Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. ed., São Paulo: Summus, 1992.

LEAL, Telma Ferraz. Jogos e brincadeiras no ensino da Língua Portuguesa - MEC.

LEITE, Vania Aparecida Marques. Dimensões Da Não-aprendizagem. IESDE Brasil, 2012.

LIMA, Elvira Souza. Neurociência e Aprendizagem - Editora: INTERALIA.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira e outros (orgs.). A criança de 6 anos, a linguagem escrita e o ensino fundamental de nove anos: orientações para o trabalho com a linguagem escrita em turmas de crianças de seis anos de idade. Belo Horizonte:

NOGUEIRA, Eliete Jussara. Construtivismo.

PEREIRA, Hieda Lucia Lima. Hannas, Maria Lucia. Pedagogia na prática. Editora: Gente. [TRANSDISCIPLINAR]

PERRENOUD, Phillipe. Pedagogia diferenciada: das intenções à ação. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PERRENOUD, P. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

RIOS, Terezinha Azeredo. Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade. São Paulo: Cortez, 2001.

VIGOTSKI, L. S./Leontiev, Alexis / Luria, A. R. Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem - 14ª Ed. Ícone, 2016.

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Editora: Artmed.



PERITO DE ACIDENTE DE TRÂNSITO:

Conhecimentos de trânsito: Noções de Legislação de Trânsito; Código de Trânsito Brasileiro e respectivas atualizações; Sinalização Viária Urbana; Segurança Viária e do Trabalho; Conhecimentos básicos de Primeiros Socorros; Noções de Engenharia de Tráfego; Perícias em Acidentes de Trânsito; Técnicas de levantamento de dados de acidente de Trânsito; Técnicas de levantamento e interpretação de vestígios nas vias: frenagem, derrapagem, fragmentos da colisão, sangue, óleo, água; Avaliação de deformações nos veículos envolvidos: direção e posicionamento dos danos, análise de intensidades; Técnicas de fotografia pericial.

Referências:

BRASIL, Advocacia-Geral da União. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial da União, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Normas, Regulamentos e Resoluções do CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - Normas Regulamentadoras (NR); Normas Brasileiras (NBR). Manuais vigentes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/ipr/coletanea-de-manuais>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Trânsito. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito - Sinalização Semafórica. v. 5. 2014.

ALMEIDA, Lino Leite. Manual de Perícias em Acidentes de Trânsito. 2ª edição. Campinas: Millennium, 2015.

DOREA, Luiz Eduardo e Stumvoll, Víctor Paulo, Tratado de Perícias Criminalísticas – Editora Millennium: Kleinübing, R. e Negrini N., O., DINÂMICA DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO – ANÁLISES, RECONSTRUÇÕES E PREVENÇÃO (2005)

Aragão, R. F., ACIDENTES DE TRÂNSITO – ASPECTOS TÉCNICOS E JURÍDICOS (2005).

PSICÓLOGO COM ESPECIALIZAÇÃO EM TRÂNSITO:

Processos psicológicos básicos dos comportamentos dos diversos usuários da via. Normas e procedimentos da perícia psicológica para fins de CNH: métodos e técnicas de avaliação psicológica, entrevistas, testes, observação, dinâmicas, técnicas projetivas, atestado, laudo, declaração, funções e estruturas psicológicas necessárias a aptidão do motorista. Dimensão ética do trabalho do psicólogo de trânsito. Contribuições da psicologia do trânsito às políticas públicas de trânsito, de promoção, prevenção e assistência à saúde no trânsito e transporte e trânsito sustentável. Principais áreas de conhecimentos, competências e habilidades do Psicólogo de Trânsito. Pesquisa em psicologia do trânsito: planejamento, métodos e técnicas de investigação. Relação entre as psicopatologias e o comportamento no trânsito. Uso do álcool, drogas ilícitas e prescritas e suas implicações no comportamento dos atores no trânsito. Análise e prevenção de acidentes de trânsito. Processos, métodos e dinâmicas educacionais para o desenvolvimento de cidadania no trânsito.

Referências:

ACIOLLI, S. M. I.; POZO, O. S. D., Código de trânsito: conceitos e anotações dos artigos 302 ao 312-A da Lei n. 9.503/1997. Curitiba: InterSaberes, 2020. (livro eletrônico)

CRISTO, F. (org.) Psicologia do trânsito e transporte: manual do especialista. São Paulo: Vetor, 2019.

KRELLING NETO, A. O. Políticas sobre as drogas. Curitiba: Contentus, 2020. (recurso eletrônico)

LOPES, V. A. Educação para o trânsito e prevenção de acidentes. 1. Edição, Curitiba: InterSaberes, 2020. (livro eletrônico)

LORENA, A. B. (org.) Psicologia geral e social. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

NIEL, M.; MOREIRA, F. G.; SILVEIRA, D. X. Uso e abuso de álcool. 1. Edição, São Paulo: Editora Atheneu, 2013. (Série Dilemas Modernos, v. 2)

REZENDE, H. N. Psicologia de trânsito. Curitiba: Contentus, 2020. (recurso eletrônico)

SEIBEL, S. D. Dependência de drogas. 2. Edição, São Paulo: Editora Atheneu, 2010.

SIMÕES, A.; GONÇALVES G. (orgs) Psicanálise e psicopatologia: olhares contemporâneos. São Paulo: Blucher, 2019.

VIGUERAS, E. (org.) Psicologia da saúde. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. (Série Bibliografia Universitária Pearson)